

HABEAS CORPUS Nº 547.897 - RJ (2019/0353482-1)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LAURA JULIA ANDRADE FONTENELLE - RJ078959
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RAFAEL CRISTIANO CARLOTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL CRISTIANO CARLOTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro prolatado na Apelação n.º 0033643-10.2015.8.19.0004.

Consta nos autos que o Paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 64 (sessenta e quatro) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2.º, inciso V, do Código Penal.

Contra a sentença, a Defesa e o Ministério Público interpuseram apelação. O Tribunal local deu parcial provimento ao apelo do *Parquet* para condenar o Paciente pelo crime previsto no art. 244-B da Lei n.º 8.069/1990; reconhecer a causa de aumento referente ao concurso de pessoas; e majorar a fração de aumento na terceira fase para 2/5 (dois quintos), redimensionando a pena para 6 (seis) anos, 6 (seis) meses e 12 (doze) dias de reclusão, além do pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa. Já o recurso defensivo foi parcialmente provido para fixar o regime inicial semiaberto (fls. 11-26).

Neste *writ*, a Defesa busca a aplicação da fração de 1/3 (um terço) na terceira fase da dosimetria da pena do crime de roubo.

Aduz que deve ser aplicado, na hipótese, o entendimento sedimentado na Súmula n.º 443 desta Corte Superior.

Requer, liminarmente e no mérito, "*seja reduzida a fração de aumento decorrente da presença de duas causas de aumento ao patamar de 1/3*" (fl. 10).

É o relatório. Passo a decidir o pedido urgente.

No caso, em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado

Superior Tribunal de Justiça

um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois a Impetrante não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente refletiria na situação prisional do Paciente de forma a ampará-lo imediatamente, pois a eventual redução da fração de aumento na terceira fase da dosimetria, *prima facie*, não alteraria o regime inicial fixado.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Devidamente instruídos os autos, dispenso o pedido de informações.

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora